

Revista

FUTURO DO PRETERITO

JUL.2022 • VOL. 4 • NÚM. 2

FEUSP

Lisete Arelaro,
conheça sua
trajetória.

10 conquistas
alcançadas através
da **luta política.**

**A reforma do
ensino médio.**



ISSN 0026-7546



9 770026 754553

Futuro do Pretérito

(revista estudantil da FEUSP)

ISSN: 675-455X

Núm. 1 - Vol. 5 - Jul. 2022

Publicação eletrônica (divulgação)

Quadrimestral

Direção Editorial

Millena Miranda Franco (FEUSP)

Isabela Balázs Vilanova Bispo (FEUSP)

Vice-direção Editorial

Giulianna Ramalho Osteti (Alumni FEUSP)

Beatriz Marques Paiva (FEUSP)

Conselho Editorial

Bianca Dos Santos Lima (FFLCH/USP)

Carlos Eduardo Xavier de Souza (FEUSP)

Dayane Costa da Silva (FEUSP)

Marina Grilli (FEUSP)

Rani Beatriz Cruz Evangelista dos Santos
(FEUSP)

Sabrina Ferrazoni Superibi (FEUSP)

Revisão

Ana Flávia Martin (IFSP)

Fabiana do Amaral Godioso (FEUSP)

João Vitor de Andrade Souza (FEUSP)

Júlio César da Silva Mendes (FFLCH/USP)

Leila Santana Passos (FEUSP)

Luiza Ferreira de Oliveira Santos (Alumni
FEUSP)

Luiza Tofoli dos Santos (FFLCH/USP)

Mariana Silva Evangelista (FEUSP)

Pyetra Stephannie Rodrigues Costa (FEUSP)

Rodrigo Ramalho Souza (IFSP)

Thays Santos Fernandes (FEUSP)

Diagramação

Barbara Costa de Azevedo (FEUSP)

Kesia Caroline Ferreira de Abreu (FEUSP)

Luiz Henrique do Nascimento Martins (FEUSP)

Mariana Peixoto Alves (FFLCH/USP)

Melissa Iglesias Alonso (FEUSP)

Assessoria de Imprensa e Comunicação

Beatriz Hitos Silva (FEUSP)

Gabriela Bastos Mellone (FEUSP)

Colaboração

Comunicação e Mídia da FEUSP

Direção da FEUSP

Universidade de São Paulo

Reitor Prof. Dr. Carlos Gilberto Carlotti Junior

Vice-reitora Profa. Dra. Maria Arminda do
Nascimento Arruda

Faculdade de Educação

Diretora Profa. Dra. Carlota Boto

Vice-Diretor Prof. Dr. Valdir Barzotto

Avenida da Universidade, 308

Cidade Universitária - Butantã

05508-040 - São Paulo - Brasil

Escreva para a revista Futuro do Pretérito
revista.futuro.preterito@gmail.com

Visite nossa página:

<http://www4.fe.usp.br/futuroodopreterito>

Fone : +55 11 9 7240-1450

*As opiniões, hipóteses, conclusões e
recomendações expressas neste material são
de responsabilidade dos autores e não
necessariamente refletem a visão do corpo
editorial da revista Futuro do Pretérito.*

*Visando uma comunicação inclusiva e
respeitosa com a identidade de gênero dos
leitores, a revista utilizará linguagem neutra.*

• SUMÁRIO •

APRESENTAÇÃO

Estamos muito felizes por estar aqui! Esta é a primeira revista feita por estudantes na história da FEUSP! Saiba mais...

05

06

10 CONQUISTAS ALCANÇADAS ATRAVÉS DA LUTA POLÍTICA

Muitos avanços na educação pública brasileira foram conquistados graças às lutas de movimentos sociais e da sociedade civil. Aqui, apresentaremos dez deles!

PERGAMINHO DO TEMPO

A reforma do ensino médio: quando a promessa do novo se expressa como reafirmações de velhas desigualdades.

11

14

RELATOS

Como se sentem os estudantes de Pedagogia em relação ao difícil acesso ao campus e às questões de mobilidade urbana?

18

CONVERSA COM QUEM MANJA

Uma entrevista com
Iago Gomes, o
@professorinfluencer.

27

BIOGRAFIA

Conheça a trajetória de
Lisete Arelaro, pelos
olhos de sua filha
Camilla!

44

HORA DA DESPEDIDA

Entre para o nosso time!
A revista é sua!

25

SETORES

A importância da
Diretoria para nossa vida
na FEUSP.

40

FIQUE DE OLHO

Fique por dentro dos
principais eventos e
atividades formativas do
momento!

APRESENTAÇÃO

Futuro do Pretérito, uma revista eletrônica de divulgação acadêmica produzida na Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (USP), faz tributo à ciência e à história. O nosso objetivo é tornar ambas mais acessíveis aos estudantes, funcionáries, docentes, bem como à comunidade externa. Seu nome faz referência ao tempo verbal que expressa imaginação e questionamento, e remete à tentativa de valorização do passado em tempos presentes e à capacidade desta sintonia de formular perspectivas e aspirações mais conscientes para o futuro.

Construída por mãos e olhares pautados nesses ideais, a revista busca subverter a lógica do esquecimento, lançando luzes para que sujeitos e tempos não sejam apenas verbais, mas históricos. Na história da Faculdade de Educação da USP, a nossa revista é a primeira a ser feita por estudantes. Temos muito orgulho disso e estamos cientes da responsabilidade assumida; por essa razão, nos esforçamos ao máximo para oferecer um trabalho sempre questionador e de excelente qualidade.

A edição que você lerá a seguir tem, como tema central, Política e Educação. Às vésperas das eleições, a publicação pretende relacionar os dois assuntos de forma ainda mais direta, a partir do debate das reformas e políticas públicas relacionadas à educação, como o Novo Ensino Médio, e os recentes problemas com a falta e lotação dos ônibus circulares na USP. Sendo assim, o ensino público, seus processos e condições também farão parte desta edição. No entanto, a equipe ressalta que a revista, apesar de seu posicionamento político, mantém-se apartidária e livre de comentários generalizados.

Desejamos um ótimo debate!

10 CONQUISTAS ALCANÇADAS ATRAVÉS DA LUTA POLÍTICA

Por Rani Beatriz

Muitos avanços na educação pública brasileira foram conquistados graças às lutas de movimentos sociais e da sociedade civil. Aqui, apresentaremos dez conquistas alcançadas através da luta política.

1

Expansão das matrículas da rede pública

Até meados do século XX, a escola pública no Brasil ainda era um privilégio de poucos. A partir da década de 1970, com o início da abertura do regime militar, muitos movimentos sociais ganharam voz e puderam reivindicar direitos. O direito à educação pública e de qualidade fez parte dessa luta, que teve dentre os principais resultados a expansão das matrículas, possibilitando maior acesso por parte das camadas populares.

Luta de mulheres pelas creches

Dentre os movimentos que ganharam força na década de 1970 estavam grupos de mães e feministas que se mobilizaram para a construção de creches, sobretudo na cidade de São Paulo, com o intuito de não somente garantir um lugar seguro e de qualidade para as crianças, mas também possibilitar que as mulheres pudessem trabalhar.

2

3

Educação de jovens e adultos

Os movimentos sociais e sociedade civil começam a se envolver de maneira mais profunda com a educação de jovens e adultos a partir da primeira metade da década de 1960, tendo, inclusive, Paulo Freire como um nome importante dessa luta. A organização da educação popular por parte desses grupos - juntamente com pastorais sociais da igreja católica e movimentos sindicais - anda lado a lado com a busca pela institucionalização dessa modalidade de ensino. Durante a construção da Constituição Federal de 1988 e a LDB de 1996, houve forte participação daqueles que militavam no campo da EJA.

Ensino de história e cultura afro-brasileira e africana

A Lei 10.639/2003 decreta a obrigatoriedade da inclusão da história e cultura afro-brasileira e africana no currículo da educação básica em todo o Brasil. No parecer das Diretrizes Curriculares Nacionais, é possível acompanhar o processo de estabelecimento dessa lei que teve como base a luta dos movimentos negros.

4

Ensino de história e cultura dos povos indígenas

5

Documento publicado apenas em 2012, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação indígena têm como objetivo orientar as escolas indígenas de educação básica, assim como todos os sistemas de ensino do país, no desenvolvimento de seus projetos educativos. Como o próprio parecer afirma, esse projeto resulta do protagonismo que os povos indígenas foram alcançando ao longo da história, sobretudo a partir do período de redemocratização e da promulgação da Constituição de 1988, da qual tiveram grande participação.

6

Educação quilombola

A escola quilombola por si só já representa o aspecto político da educação, uma vez que, por definição, os quilombos são espaços de resistência e organização política. A definição das Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação quilombola requer que se pense não somente no currículo escolar, mas também na importância do território e da cultura de cada comunidade. Por esse motivo, trata-se de uma luta constante pela garantia do reconhecimento legal e simbólico.

Educação do campo

A história da educação do campo é marcada pela luta, uma vez que a disputa por terra é uma realidade na vida das comunidades camponesas. Os movimentos sociais que fizeram e fazem parte da trajetória dessa modalidade reivindicam uma escola que não apague a importância do campo e da luta dos camponeses, mas que ao mesmo tempo permita que esses indivíduos sejam inseridos no mundo acadêmico e profissional. A pedagogia da alternância, por exemplo, é uma das conquistas das comunidades de famílias camponesas, pois permite que as escolas do campo organizem seus calendários segundo a necessidade dos produtores rurais. Assim, os estudantes dividem seus dias entre a escola e a comunidade.

7

Educação especial inclusiva

A história da educação especial no Brasil é marcada por uma trajetória de luta e resistência das pessoas com deficiência e dos especialistas. Esse caminho é repleto de quebra de paradigmas e disputas de discursos e políticas, desde as mais assistencialistas até aquelas que pleiteiam acessibilidade enquanto uma ferramenta para alcançar a autonomia e a participação das pessoas com deficiência em todos os âmbitos da sociedade.

8

Ocupação das escolas em 2015/2016

No ano de 2015, o governo do estado de São Paulo tentou instaurar uma reorganização das escolas que culminaria no fechamento de salas e unidades escolares - o que demandaria que muitos estudantes fossem realocados, deslocando-se para locais mais distantes de suas casas ou trabalhos. No entanto, os secundaristas se organizaram e ocuparam as escolas, transformando-as em um espaço de luta e cultura, com palestras e sarais. Foi um movimento muito potente na medida em que, em sua grande maioria, foi organicamente encabeçado por estudantes da educação básica.

9

10

Movimento sindicalista docente

A classe docente no Brasil, historicamente, também está envolta de lutas políticas por melhores condições de trabalho e pela melhora da qualidade da educação pública. A atuação dentro dos sindicatos é a forma mais comum que esses profissionais encontram para atuar politicamente - embora não seja a única possível. Contudo, ao se tratar de uma categoria profissional, e não um movimento social, a questão se complexifica. Dado o caráter do trabalho do professor, há muitos profissionais que se engajam na luta política de maneira mais aprofundada, porém, na história do sindicalismo docente, também há grupos que se associam estritamente pela defesa econômica. Apesar das contradições existentes, o sindicalismo docente garante muitos direitos à essa profissão.

FONTES

- <http://emaberto.inep.gov.br/ojs3/index.php/emaberto/article/view/1925/1664>
- <https://outraspalavras.net/feminismos/direito-a-creche-proposta-rebelde/>
- <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/YhfdkMwGsLzK6xRKvkNNLhf/?format=pdf&lang=pt>
- http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/cnecp_003.pdf
- http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=10806-pceb013-12-pdf&category_slug=maio-2012-pdf&Itemid=30192
- http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=11091-pceb016-12&category_slug=junho-2012-pdf&Itemid=30192
- http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=170051-pcp022-20-1&category_slug=janeiro-2021-pdf&Itemid=30192
- https://www.al.sp.gov.br/repositorio/bibliotecaDigital/21097_arquivo.pdf
- <https://www.scielo.br/j/es/a/S7c7LdHGSMR6WC4j6VQb6LR/?format=pdf&lang=pt>
- <https://www.scielo.br/j/pp/a/4ZKPR9ft7xPvZ9ZSftWnsgj/?lang=pt#:~:text=a%20emerg%C3%A2ncia%20do%20associativismo%20docente,media%20a%20defesa%20dos%20seus>

PERGAMINHO DO TEMPO

Por Sabrina F Superibi

A reforma do ensino médio: quando a promessa do novo se expressa como reafirmações de velhas desigualdades.

O ano de 2022 tem sido marcado por diversos desafios no que concerne à realidade escolar: depois de cerca de dois anos de pandemia, marcados pelo ensino remoto e de idas e vindas das aulas presenciais, crianças e adolescentes estão de volta às salas de aula. Nesse contexto de retomada das aulas presenciais; de desafios ainda maiores para que alunos e professores pudessem retomar o tempo perdido e os conteúdos não acessados (ou acessados de maneira superficial no processo de ensino e aprendizagem em tempos pandêmicos); de aulas e de acessibilidade tão instáveis, como a conexão da internet das diferentes famílias (dificultando ainda mais a tentativa de assegurar o direito de igualdade de acesso à educação para todos), também se efetivou o chamado novo Ensino Médio.

Mas como, em meio a tantos desafios, irá se concretizar na prática cotidiana e efetiva da sala de aula essa reforma? O que há de novo no novo ensino médio? Quem esteve à frente pensando e redigindo as leis que configurariam essas mudanças? Quais são os setores da sociedade que têm interesse nelas e por quê? Como essas mudanças seriam acolhidas nas diferentes escolas (públicas e privadas) do país? O que muda no currículo? E na formação de professores? E na vida de milhares de jovens, público-alvo imediato de todas essas mudanças?

A essas e outras perguntas tentaremos responder, respaldando-nos nas diretrizes do próprio MEC e em artigos de pesquisadores que se debruçaram sobre a temática para analisar o que de fato está colocado em jogo e quais os interesses por trás das diretrizes que determinam a implementação do novo ensino médio no país.

Nesta edição da Pergaminho do Tempo, que articula educação e política, buscaremos fazer uma reflexão sobre as disputas, os sujeitos, as mudanças e alterações no currículo, como a reforma tem atingido as escolas e, sobretudo, a vida dos jovens no país.

Do ponto de vista da lei: como era e como passa a ser definido o Ensino Médio no país?

O Novo Ensino Médio está ancorado na Lei N º 13.415/2017 e estabelece uma alteração profunda nas Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB- Lei 9.394/96).

A principal alteração realizada nos termos da lei diz respeito, sobretudo, ao artigo 36 da LDB, que passa a apresentar-se nos seguintes termos: “O currículo do ensino médio será composto pela Base Nacional Comum Curricular e por itinerários formativos, que deverão ser organizados por meio da oferta de diferentes arranjos curriculares, conforme a relevância para o contexto local e a possibilidade dos sistemas de ensino, a saber: I – linguagens e suas tecnologias;

II – matemática e suas tecnologias; III – ciências da natureza e suas tecnologias; IV – ciências humanas e sociais aplicadas; V – formação técnica e profissional”.

(Lei Nº 9.394/96 art. 36 alterado pela Lei 13.415, de 2017 – Grifo nosso)

Ao invés das antigas disciplinas ou matérias, as quatro áreas de conhecimento da BNCC passariam a compor o novo ensino médio ao lado dos itinerários formativos, que nada mais seriam do que o aprofundamento (supostamente, à “escolha” do estudante) dentre as áreas do conhecimento da BNCC. Isso ocorria por meio de projetos, núcleos de estudos, além da formação técnica e profissional oferecida pelas unidades de ensino teoricamente a partir de demandas de seus estudantes e em diálogo com os gestores e corpo docente.

A reforma do ensino médio foi efetivamente aprovada no mês de fevereiro de 2017, logo depois de ser sancionada pelo Congresso Nacional, após ter sido apresentada às pressas na forma de Medida Provisória (MP746) no mês de setembro de 2016 pelo então presidente Michel Temer (PMDB).

Apresentada pelo governo à época como indiscutível, inadiável e necessária, além de veiculada amplamente como grande inovação e símbolo de esperança para que jovens de todo o país pudessem de fato enxergar o ensino médio como parte importante de ascensão para um futuro profissional e melhores condições de vida; a reforma foi marcada principalmente pelo debate às portas fechadas, pegando estudantes, pais, professores, gestores e sociedade como um todo de surpresa.

O discurso que embasou a defesa, pelo governo à época, da urgência da reforma era apresentá-la como uma alternativa para a alta evasão e baixo desempenho dos estudantes nas avaliações externas. Assim, ela foi apresentada como uma solução atrativa e viável para que os jovens pudessem, de fato, enxergar a escola como lugar que asseguraria uma formação técnica e profissional.

Pode-se dizer, portanto, que a principal mudança implementada, a partir de uma perspectiva do currículo, diz respeito à diversificação e à flexibilização dele.

Veremos a seguir como esse discurso de flexibilização, diversificação e protagonismo juvenil (que embasou a defesa daqueles setores que apoiaram e estiveram por detrás da aprovação da reforma) traduz-se, na prática, como reafirmações de velhas desigualdades e de manutenção delas, contribuindo para que os abismos educacionais entre as camadas ricas e pobres da sociedade fossem ainda mais aprofundados.



Retirada de: <https://www.sinteps.org.br/noticias/946-mp-746-2016-porque-a-reforma-do-ensino-medio-precisa-ser-combatida>

Jovens "protagonistas", "empreendedores", "proativos", "cidadãos do século XXI" e demais falácias neoliberais:

A educação, como prática histórica do homem no seu tempo, é talvez a expressão maior daquilo que nos difere dos outros animais: existimos para além da sobrevivência imediata e acreditamos que temos o dever e obrigação de legar parte do conhecimento social e historicamente produzido pela humanidade para cada ser humano que chega à existência.

É nesse processo que nos tornamos efetivamente humanos: não transmitimos aos nossos descendentes apenas o necessário para sua existência imediata; acreditamos, pois, na necessidade de tornar-se – durante o processo de educação – efetivamente humano. Desse modo, a cada pequeno indivíduo que nasce, temos o dever moral de transmitir e proporcionar o saber historicamente produzido pela humanidade.

A reforma do ensino médio – como já dissemos acima – foi pensada, formulada e implementada graças ao engajamento de um grupo político e social bastante restrito, apartado do debate público, do diálogo com docentes, gestores e pesquisadores da educação nas universidades.

Dentre esses grupos, está a OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico), organização composta por 35 países e que trabalha em prol da promoção de padrões no que concerne a diferentes temas, tais quais questões econômicas, financeiras, comerciais e educacionais. Em um relatório escrito em parceria com grandes corporações financeiras, a OCDE, ao lado do Itaú Social e do Unibanco, publicou, em 2021, um extenso documento sobre políticas educacionais no Brasil.

Parte desse documento dedica-se a defender amplamente a viabilidade e inovação do novo ensino médio, abaixo, um pequeno trecho extraído do documento em questão:

Flexibilidade curricular: para modernizar a oferta de cursos, antes vistos como sobrecarregados e enfocados em avaliações, o Novo Ensino Médio promove percursos de aprendizagem flexíveis, reduzindo o componente obrigatório de 13 para 3 matérias: português, matemática e inglês. Essa e outras áreas de conhecimento determinadas pela BNCC devem abranger 60% do tempo de ensino, sendo que até 20% disso pode ser on-line. Para os 40% restantes, os alunos escolhem entre cinco percursos: línguas e suas tecnologias, matemática e suas tecnologias, ciências naturais e suas tecnologias, ciências humanas e sociais aplicadas e educação profissional e técnica. A critério da escola e de acordo com a disponibilidade, os alunos podem optar por cursar um percurso completo, unidades obrigatórias de um percurso selecionado e unidades suplementares de um outro, ou unidades de vários percursos.

(p. 20 do documento. Disponível em: <https://www.oecd.org/education/policy-outlook/country-profile-Brazil-2021-PT.pdf>)



Retirada de. <https://www.esquerdadiario.com.br/A-reforma-do-ensino-medio-e-o-abismo-entre-a-escola-e-a-universidade>

Como exposto pelo trecho reproduzido acima, mais uma vez a flexibilização do currículo é trazida à tona. Mas como isso se dará na prática efetiva e cotidiana, na concretude mesmo, da escola pública brasileira?

No trecho que reproduzimos acima da alteração realizada no art. 36 da LDB pela lei 13.415/17, fizemos questão de grifar o trecho em que deixa bastante explícito que, para a realidade efetiva das escolas públicas e privadas do país, a reforma não será uniforme:

“O currículo do ensino médio será composto pela Base Nacional Comum Curricular e por itinerários formativos, que deverão ser organizados por meio da oferta de diferentes arranjos curriculares, conforme a relevância para o contexto local **e a possibilidade dos sistemas de ensino**”.

(Lei Nº 9.394/96 art. 36 alterado pela Lei 13.415, de 2017 – Grifo nosso)

O que na prática está em jogo é que uma parcela dos estudantes (das escolas de elite) terão acesso a todo o conhecimento acumulado pela humanidade, podendo – a partir de determinado momento de seu percurso escolar – escolher, de fato, entre o itinerário formativo que mais lhe agrada. Para a grande maioria dos estudantes, porém, o que restará é uma escolha falaciosa.

Como o indivíduo poderá escolher a sua formação, de forma autônoma e democrática, quando a escola não lhe oferece as condições reais mínimas para que essa escolha de fato aconteça?

O que se efetivará na prática será o aumento do abismo no que concerne ao acesso e apropriação do conhecimento. Déficits de professores de matérias já estabelecidas há tempos já é comum na realidade da escola pública; porém, essa problemática será ainda mais aprofundada, sendo essas matérias negligenciadas e não ofertadas, agora, com respaldo de lei.

Não há nenhum respaldo, por parte dos dispositivos legais, pela obrigatoriedade da oferta simultânea das cinco áreas de conhecimento nas escolas do país. Ao contrário do que vem ocorrendo nas escolas e redes particulares destinadas à elite brasileira, em que a escolha poderá acontecer de fato porque haverá a oferta de todos os campos do conhecimento.

Não nos parece precipitado dizer que – em consonância com uma série de outras políticas de cunho neoliberal, ou seja, da diminuição da responsabilidade do Estado, das políticas públicas e do investimento na educação, o que faz a reforma é abrir espaço para privatizações e interesses de grandes corporações privadas.

Não à toa, institutos como o Ayrton Senna, a Fundação Lemann e a Somos Educação são exemplos de instituições ligadas à educação privada que estiveram por detrás do debate e da aprovação do Novo Ensino Médio.

Além disso, outra questão que se sobressai na reforma e é digna de nota é a visão reducionista do itinerário formativo com a formação técnica e profissional. Quais serão as chances reais de escolha de um jovem da periferia cuja trajetória que lhe foi possível no ensino médio foi reduzida a apenas um percurso, tecnicista e bombardeado pelo ideal de que o seu sucesso depende exclusivamente de si mesmo?

Com a reforma, disciplinas como Sociologia, Filosofia e Artes deixam de ser compreendidas como conteúdos e passam a figurar, na melhor das hipóteses, diluídas em outras disciplinas.

Tira-se do jovem a capacidade de discutir, dialogar e pensar criticamente. Tira-se o direito de acesso ao conhecimento integral. Impõe-se um modelo neoliberal de educação e a receita está pronta: a universidade e o direito de escolha de fato estarão ao alcance apenas de uma parcela muito pequena da população.

Em suma, concordamos com Vitor Paro no nosso entendimento de que a escola não deve ser vista apenas como um instrumento para a preparação para o mercado de trabalho, mas que ao contrário:

Se a escola deve preparar para alguma coisa, deve ser para a própria vida, mas esta entendida como o viver bem, no desfrute de todos os bens criados socialmente pela humanidade.

(PARO, Vitor. 1998)

Considerações finais ou que esperanças podemos ter?

Todas as etapas de articulação e aprovação da reforma do Novo Ensino Médio, mesmo que realizadas apartadas do debate público, foram contestadas amplamente pelo movimento secundarista. Essa é a maior esperança de que podemos ter com a implementação e efetivação do atual ensino médio: os jovens deram um importante recado: estão atentos e dispostos a defender o seu direito à educação e não concordarão com a falsa expressão de liberdade e autonomia juvenil que é propagandeada aos quatro ventos pelos partidos políticos e setores da sociedade ligados às reformas neoliberais.

Toda reforma educacional, toda concepção de currículo e de educação está pautada em ideologias e constituem campo de intensas disputas e interesses. O Novo Ensino Médio traduz-se na ascensão de um grupo político e de sua agenda em um determinado momento histórico de nosso país.

As ocupações das escolas em 2017, ano da aprovação da reforma do ensino médio, demonstraram que grande parte da juventude tem consciência dos interesses em jogo e os sujeitos que estão por detrás da aprovação e implementação da reforma.



Retirada de: <https://guiadoestudante.abril.com.br/coluna/atualidades-vestibular/entenda-as-ocupacoes-nas-escolas/>

O movimento secundarista demonstrou que possui demandas claras e a consciência de que a reforma, aprovada pouco tempo depois da PEC do teto de gastos públicos (PEC 55/2016), que diminuiria e eximiria o Estado brasileiro de realizar maiores investimentos na educação e outras áreas públicas, vindo da forma que veio, imposta por um governo e sujeitos cujos interesses são bastante questionáveis. Aprovada sem o devido debate com a sociedade civil e com a urgência com a qual foi imposta, não poderia ser vista com bons olhos.



Retirada de: <https://ubes.org.br/2016/mais-de-30-dias-de-ocupacao-estudantes-contam-por-que-ocupar-e-resistir/>

Resta a nós, profissionais da educação e defensores da educação pública de qualidade, acreditar e somar no movimento iniciado pelos secundaristas para rechaçarmos de vez essa reforma a partir de um movimento conjunto e organizado, em diálogo com a sociedade civil e às claras, ao contrário do que foi feito com a reforma.

COMO SE SENTEM OS ESTUDANTES DE PEDAGOGIA EM RELAÇÃO AO DIFÍCIL ACESSO AO CAMPUS E ÀS QUESTÕES DE MOBILIDADE URBANA?

Isabela Balázs
Beatriz Marques

Com o retorno às atividades presenciais na Faculdade de Educação, um dos problemas reconhecidos pelas entidades estudantis foi a dificuldade de mobilidade urbana e acesso ao nosso campus em São Paulo. A fim de expor e nos juntar ao movimento a favor da ampliação da frota de circulares, perguntamos a estudantes da graduação de Pedagogia como estão convivendo com este problema diariamente.

ALESSANDRA LOBATO
3º semestre



“Saindo do meu estágio de manhã, eu usava os circulares para chegar na Faculdade de Educação para assistir minhas aulas, que são no período da tarde, mas como eu sentia uma certa instabilidade dos circulares que saem do metrô Butantã (não sabia quanto tempo levaria pra chegarem no ponto, pra saírem do ponto em direção a faculdade) eu decidi por uma rota alternativa de outro transporte público que parecia valer mais a pena pra mim, além do fato de que me irritava e me gerava uma certa agonia ter que ficar enfrentando fila e lotação dos ônibus circulares. Enfim, eu parei de usá-los para chegar à faculdade, mas em muitos momentos, uso para sair do campus ou para ir até o Bandeirão das Químicas buscar meu jantar, e novamente me deparo com incertezas de horários. Já aconteceu de eu esperar bastante tempo no ponto e nele acumularem muitas pessoas, do ônibus passar direto sem nem parar

(pois já estava lotado) e de passar 1 circular atrás do outro, depois de um certo tempo de espera, o que demonstra ainda mais esse problema com relação aos horários.”

20/05/2022



MARINA DOS SANTOS

5º semestre

“Não é de hoje que temos problemas com os circulares, porém creio que atualmente, principalmente os estudantes, estão enfrentando muita dificuldade para ir e vir da universidade. Há uma demora exorbitante para conseguir pegar o circular no terminal e ainda mais saindo, de noite, da faculdade. Amigas e eu, por exemplo, saímos das aulas e vamos a pé para o terminal por que para pegar um circular ficamos no ponto mais de 25 minutos e quando os ônibus passam, não conseguimos entrar por conta da lotação. Muitos circulares nem param no ponto porque não há como entrar mais ninguém!

A situação é caótica, sem contar pessoas que fazem o percurso do circular a pé sozinhas por lugares, por vezes, desertos e sem iluminação, simplesmente por não ser possível pegar o circular. Está difícil ter acesso aos institutos por meio de um benefício conquistado como direito, poder nos locomover sem pagar a tarifa do ônibus. Sem dúvida é urgente que tomem providências para aumentar a frota dos circulares e garantir o direito de ir e vir ao campus a todos que necessitam deste transporte.”

20/05/2022

CENTRO ACADÊMICO PROFESSOR PAULO FREIRE

"Retornamos as atividades presenciais depois de 2 anos de ensino emergencial a distância e imediatamente nos deparamos com um série de problemas estruturais e organizacionais, filas que demoravam mais de 1 hora no bandeirão, falta de informação sobre as bolsas de permanência e auxílio, confusão quanto a moradia estudantil (CRUSP) e deficiência no transporte gratuito no Campus Butantã, o famoso circular, responsável por possibilitar o trânsito de estudantes através dos mais de três milhões de metros quadrados que constituem a Cidade Universitária .

A linha de transporte da prefeitura que é contratada pela USP se encontrava completamente sobrecarregada, pois a frequência das viagens foi reduzida durante a pandemia e só voltaria a ter mais ônibus e mais saídas 3 meses depois do início do ano letivo e depois de pressão do movimento estudantil, dos trabalhadores da USP e inclusive de redes grandes de comunicação. O descontentamento com as condições do transporte eram generalizadas, no início das aulas em março, para conseguir pegar um dos ônibus no metrô Butantã para entrar na usp era sempre necessário esperar mais de um ônibus sair para conseguir entrar, processo que chegava a demorar uma hora.

Mais especificamente na pedagogia o grande problema era a saída do noturno, pois somos o último instituto antes da saída do Campus, ou seja o circular sempre chegava totalmente lotado impossibilitando se quer que todas as pessoas no ponto entrassem. A saída encontrada por muitos estudantes era ir a pé, uma caminhada de cerca de 20 minutos, mas em um trajeto com iluminação precária e se expondo a um risco todas as noites.

O CAPPF juntamente a outros centros acadêmicos como CALC e CEUPES levaram a demanda juntamente com um abaixo assinado de estudantes para a câmara de vereadores através do mandato da Bancada Feminista que conseguiu uma audiência pública com o objetivo de ampliar o transporte gratuito dentro do campus, que é fundamental não só para

estudantes mas para professores e funcionários e para a integração entre os diferentes institutos que é um dos princípios da universidade pública.

Continuamos acompanhando a situação dos circulares e qualquer demanda estudantil e convidamos todos estudantes a vir conversar com a gente sobre dificuldades que estejam tendo, pessoalmente na vivência estudantil, sala Professor Paulo Freire ou por e-mail: cappf@usp.br"

02/06/2022

EDUCAÇÃO, NEOLIBERALISMO E COMUNISMO

por:
**MARINA
GRILLI**

Convidado da edição:
IAGO GOMES
@professorinfluencer

**Professor da Educação Básica
e mestrando em Educação – Feira
de Santana (BA)**

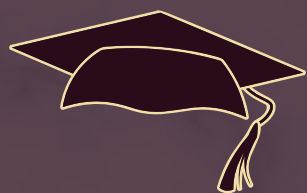
Marina: Já vou começar com um tema polêmico: uma vez vc tuitou que escolas deveriam ter não só água limpa e boas refeições, mas também absorventes e camisinhas disponíveis para os alunos. Como assim?

Iago: Já vamos começar com polêmica? Então, bora! Existe uma visão conservadora da escola, como se fosse um espaço somente conteudista, onde você aprende determinado conteúdo e voltar para a sua casa sem utilizar aquele conteúdo na vida. O conteúdo seria voltado para o vestibular,

para o mercado de trabalho, sem utilidade prática. Mas, ao mesmo tempo, não dá para a gente falar dos problemas enfrentados diariamente no chão da escola sem mencionar problemas estruturais da sociedade: fome, violência, desigualdade, desvalorização do trabalho... e também o debate sobre a sexualidade. A concepção conservadora de espaço escolar não permite que a gente debata essas questões como se deve. Não se trata somente da prática sexual, mas também, do respeito ao próprio corpo, do respeito ao corpo do outro ou da outra, da aceitação de quem você é. Tem uma série de questões envolvidas aí. E a gente que leciona em escolas públicas convive com situações de gravidez na adolescência e de ISTs, e com situações cotidianas de assédio sexual, ligado a uma perspectiva falocêntrica. Basta olhar para as paredes da escola que a gente vê desenhos de pênis! Então, afirmar que é necessário ter caminha na escola não é uma forma de incentivar que os adolescentes façam sexo, e sim, de saber que eles vão fazer de qualquer forma, mesmo se o pai, a mãe e o professor disserem para não fazerem. Quando a família e os professores se chocam, o ato já teve consequências com as quais a família terá de lidar, como uma gravidez precoce – e estamos falando de um país onde a questão do aborto ainda é tratada como polêmica, e não saúde pública. Uma vez, ao puxar esse assunto com meus alunos, muitos afirmaram que têm vergonha de pegar caminha no posto de saúde, porque estamos em uma idade pequena, e as enfermeiras certamente comentariam com as mães sobre quem já é ativo sexualmente. Assim, a privacidade se torna uma questão pública. E para evitar esse desconforto, muitos não usam preservativos, e o resultado é a gravidez na adolescência e as ISTs. Então, a escola poderia cumprir esse papel, ser um lugar seguro, deixando caixas de preservativos já disponíveis na escola. Ou a gente debate isso no campo das políticas públicas, ou no campo do moralismo. E eu não estou aqui como educador para debater no campo do moralismo.

Marina: Falar de política é claramente falar de educação... não tem como separar as duas coisas! Eu falo muito para professores de línguas, não é difícil trazer temas sociais para a aula – difícil é o que se está fazendo agora, fechar os olhos para a política, se preocupar com uma pequena parte de tudo que envolve a educação e ignorar todo o resto. Não dá, né?

Iago: É curioso, porque você olha para essa onda neoliberal, com medidas de austeridade, corte de investimentos públicos, Novo Ensino Médio, BNCC, e tudo isso é político, mas vão dizer que não, que se trata de medidas neutras para melhorar a educação no país. A Sabrina Fernandes, no livro *Sintomas Mórbidos*, traz o conceito de pós-política, que é a tentativa liberal de retirar a política das questões e pregar uma visão técnica, de gestão das demandas, e a educação é uma área muito afetada por isso. Aí você vai ver quem orienta essas reformas na educação e são organizações nacionais e internacionais privadas, como o Banco Mundial, a OCDE, a Rede Globo e suas afiliadas... uma série de instituições que estão gerindo as políticas públicas da educação afirmando que são neutras, quando na verdade têm um lado bem definido nas disputas. Temos, de um lado, um modelo de Estado que está mais preocupado com a acumulação do capital, e do outro lado, filhos da classe trabalhadora, negros e indígenas com um acesso precarizado à educação pública. Se a balança está pendendo para um lado, não há neutralidade. É por isso que precisamos entender a dimensão política da educação, recuperar Paulo Freire, recuperar Anísio Teixeira, e ler a educação pelos olhos de quem está no chão das escolas, estudando e pesquisando políticas públicas e educação.



Marina: E há certas figuras políticas que se colocam como ativistas pela educação e, na verdade, são ativistas pela mercantilização da educação... no Sul e Sudeste a educação privada já virou sinônimo de qualidade há muito tempo, e no Ensino Superior, como a única alternativa. As pessoas não são ensinadas a se apropriar da universidade pública: ou o discurso de que não dá certo, é muito longe, ninguém sabe bem onde fica, ou que é lugar de maconheiro e vagabundo. Então a educação privada aparece como única opção para as pessoas que buscam qualidade de ensino.

Iago: Os próprios índices de avaliação da educação básica estão forjados sobre quantificadores que vão favorecer a educação privada. O Ideb funciona dessa forma: como é que se cria um mecanismo meritocrático de disponibilizar melhores investimentos para as escolas que tiverem notas maiores no Ideb, quando deveria ser o contrário? Deveria ser aplicada verba para melhorar a qualidade da educação nas escolas que não estivessem tão bem colocadas nos índices. No Novo Ensino Médio, as disciplinas de Humanas e Ciências da Natureza perderam muita carga horária, e isso atinge até mesmo Português e Matemática. Isso foi substituído pelos itinerários, aquelas disciplinas que eram para ser

práticas, mas faltam recursos nas escolas, laboratórios, bibliotecas, tinta na impressora. E para compensar a perda de carga horária, a rede sugeriu que se criem alternativas, mas no contraturno! Estudantes e suas famílias estão vivendo uma das piores crises da história recente do nosso país, e as pessoas acham que essas famílias vão escolher o quê: estudar um turno a mais ou garantir o pão?

Estamos assistindo uma evasão escolar muito grande nos estados onde o Novo Ensino Médio começou a ser implantado. Já nas escolas privadas de grande porte, os estudantes já faziam curso de inglês no contraturno, já praticavam um esporte, então o Novo Ensino Médio vem sendo elogiado por esse pequeno grupo. Então não é possível fazer uma análise sem fazer uma análise da política pública. É preciso insistir: não há debate sobre educação sem um debate sobre concepção política de futuro, de mundo. Paulo Freire acreditava que a história é uma possibilidade, e passa a ser enxergada como possibilidade quando a consciência do sujeito é uma consciência transitiva crítica, capaz de olhar para a realidade e querer transformá-la. Se pensarmos que o amanhã vai repetir o hoje, não buscaremos uma transformação radical da sociedade.

Marina: A transformação que está acontecendo vem sendo para pior, né? O Novo Ensino Médio é mais uma estratégia para impor o ensino integral – na prática, uma estratégia para expulsar os mais pobres da escola. O que resta, então, para essa maioria? A exclusão. Você falou em carga horária e eu já pensei no ensino de línguas: algumas décadas atrás, eram mais de 15 horas semanais de ensino de línguas na escola. À medida que a educação foi se popularizando, essas línguas foram sendo retiradas do currículo, para criar uma demanda por cursos privados, para fomentar a ideia de que aprender língua é coisa para poucos – porque o projeto é manter o brasileiro sem oportunidades de expandir seus conhecimentos, perspectiva de cultura, de fazer viagens e de melhorar de vida. Hoje, o ensino de inglês começa no sexto ano, e o espanhol no Ensino Médio deixou dese ser obrigatório. O plano é manter o povo brasileiro sem direitos.



Iago: Minha mãe diz que estudou francês na escola! Isso se perdeu, o ensino de língua inglesa é precarizado, eu quando era estudante não tinha nem livro. E espanhol na escola, nunca tive. Então vemos um processo político de esvaziamento, não só conteudístico, mas de construção dos princípios de cidadania dos sujeitos que estão dentro da escola. Esses sujeitos vão sendo transformados em máquinas para responder ao que o mercado exige. Em defesa do Novo Ensino

Médio, um argumento muito forte foi a capacitação para o trabalho, e eu vi muitas famílias comemorando isso, mas na verdade o que estamos vendo é a reorganização das forças produtivas. A lógica do empreendedorismo individual vem adentrando a educação pública por meio dos itinerários formativos. Não é uma educação que está capacitando ninguém. Os livros de história e de geografia estão carregados de apologia ao empreendedorismo,

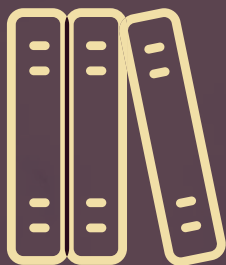
numa lógica que justifica o racismo e a necropolítica. Inclusive, eu publiquei um texto sobre isso na *Revista Afirmativa*, chamado “Empreendedorismo na escola como discurso aliado da Necropolítica”. O neoliberalismo como projeto de Estado, afeta a educação brasileira justamente na quebra institucional democrática desde o governo Michel Temer, que adotou o teto de gastos, impedindo a entrada de recursos para a educação. Só neste ano, Bolsonaro cortou 740 milhões de reais do orçamento da educação.

Marina: O difícil é ver membros da classe trabalhadora defendendo o teto de gastos, sob o pretexto de acabar com a mamata! Eu publiquei um texto chamado “Decolonizar o precariado em meio à pandemia”, em 2020, quando se começou a cortar gastos das Ciências Humanas sob o pretexto de alocá-los no combate à pandemia, e estava óbvio que não seria assim. Hoje, podemos afirmar que os estudantes fazem parte da categoria do precariado, pois são os únicos responsáveis pelo próprio sucesso, sem nenhuma estrutura de apoio: durante a pandemia, não receberam sequer acesso à internet. E o Weintraub, enquanto Ministro da Educação, chegou a dizer em propaganda no Enem que era só se esforçar para entrar na universidade. Então, não só o trabalhador se tornou responsável absoluto por si mesmo, mas essa lógica chegou a adolescentes e até crianças.



Iago: Você lembra de uma matéria do Fantástico sobre um estudante que, para assistir à aula online, tinha que subir em uma árvore? Muita gente repercutiu aquela imagem como símbolo de que quem quer estudar, consegue, independentemente das circunstâncias – em vez de trazer o debate sobre como a educação estava sendo negada como política pública de estado. E nenhum órgão internacional enfrentou essa negação de um direito humano. Aqui na Bahia, em 2020, nós não tivemos uma aula online sequer! E as pessoas estão mais preocupadas em usar como exemplo as pessoas que conseguiram garantir o mínimo, do que em observar a totalidade dos problemas que foram gerados após um ano sem nenhuma atividade escolar. E, diante dessa realidade, estamos retomando as aulas presenciais em 2022 como se nada tivesse acontecido? O que nós, professores, podemos fazer sem nenhum apoio estruturais? E na pesquisa, como trabalhar sem recursos públicos? O mais importante é analisar a plataforma política que virá com quem for eleito em 2022.

Marina: É isso, não pensar apenas no presidente... nós já sabemos em quem não votar, mas a questão vai muito além disso. E sobre a pandemia, o trabalho dos professores foi completamente invisível, e hoje tem se naturalizado um discurso de que as perdas no âmbito da educação foram e serão irreversíveis. Se a aprovação automática já era uma realidade horrível anteriormente, o discurso atual de perdas irreversíveis mina qualquer perspectiva de melhoria.



Iago: Sim, tem muita coisa para ser feita. Darcy Ribeiro tem uma frase histórica sobre a crise da educação não ser uma crise, mas um projeto. Ele se refere à disputa da concepção de educação no período da ditadura e pós-ditadura. Então, figuras como Darcy Ribeiro e Paulo Freire já enfrentavam desafios muito grandes naquele período em relação à educação – assim como a gente enfrenta hoje, como a população negra e a população indígena sempre enfrentaram neste país, e não só em relação à educação, mas à própria sobrevivência. E se a gente tratar esses problemas como irreversíveis, as contradições do agronegócio, o genocídio da população negra nas periferias, o que é que resta? Não podemos tratar como irreversível um problema criado por um sistema que se retroalimenta o tempo inteiro justamente dessa construção imaginária do irreversível. Desde a queda do muro de Berlim, o capitalismo se vende como a única alternativa. Liberais afirmam que o capitalismo ainda não deu tão certo, mas está dando mais certo do que qualquer outro projeto – e isso também é uma construção de irreversibilidade. É possível que inclusive o feudalismo tenha afirmado algo semelhante, quando as revoluções liberais começaram a surgir. Então o sistema nos vende essa ideia para nos imobilizar. O que precisamos é trabalhar com a possibilidade de transformação radical, ainda que muitos digam que acreditar nela é uma utopia, pois o caminhar é importante. O meu objetivo ao caminhar é a educação crítica, engajada, emancipadora, no seio da América Latina, onde as classes populares fazem acontecer a pedagogia do oprimido. Eu não sei o que vai acontecer daqui a duas semanas ou alguns anos, mas estou caminhando em busca de que o amanhã seja diferente do hoje. Essa é a mensagem que temos que carregar.

Marina: Isso significa que, na verdade, o que queremos não é reverter os danos, no sentido de voltar atrás. Queremos ir adiante, ir além. É o que acontece quando falamos em superar o capitalismo, e as pessoas entendem que defendemos um retrocesso a modelos econômicos que existiam antes do capitalismo. Não é isso! Não queremos retornar ao passado, queremos superá-lo e ir além. Queremos uma educação pós-pandemia, pós-capitalismo. Isso é práxis, é unir teoria e prática pensando em construir o futuro. Então, não precisamos ter medo de perder o que conquistamos, porque ninguém quer voltar para o passado. É continuar caminhando a partir do que temos hoje.

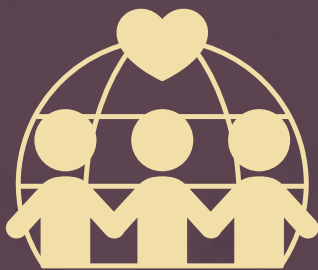
Iago: E por que não aproveitar o momento para construir algo diferente, para radicalizar? Nada de voltar atrás! Em 2020, quando estava todo mundo discutindo a reabertura das escolas, eu me perguntei: por que não estamos aproveitando para discutir a estrutura interna das escolas, a falta de água tratada, as dificuldades de acesso à educação? O sistema capitalista tem essa característica: ao surgir uma crise, a preocupação não é se adaptar aos novos tempos, é defender a ordem econômica. Quem fez carreta para reabrir as escolas estava se preocupando em manter as coisas como estavam, por medo da radicalização: se a discussão popular pegasse, a gente ia fazer uma revolução de uma hora para outra aqui neste país! Porque indignação, a gente tem muita. A questão é como pegar essa indignação e jogar contra esse sistema.

Marina: Parece que a gente não se entende como comunidade – e é daí que vem o medo da palavra comunismo. Se eu estou numa situação pior, é porque tem gente abaixo de mim na pirâmide! É essa a ideologia que está aí. E ao falarmos de radicalizar, sempre tem alguém para dizer que os dois extremos são iguais – como se fosse radical demais que todas as escolas públicas fossem excelentes, e não só algumas. Que todos os alunos conseguissem aprender com igual qualidade. Essa corrida da meritocracia é muito nociva.

Iago: Se essa analogia com o comunismo se popularizar, as pessoas vão começar a defender o não uso da palavra comunidade, vai ter até projeto de lei! Porque o nível do debate público é esse aí ultimamente. E você falou uma coisa que é muito importante para mim: eu não estou nem aí se você me disser que tal escola é um modelo. Porque não adianta uma ilha isolada no meio de um oceano. A minha concepção de comunismo não é acreditar que é possível construir uma ilha isolada no meio de um oceano, um paraíso no meio de um oceano capitalista. Eu acredito que o comunismo é uma maneira de destruir fronteiras, e para isso é necessário que todo mundo construa uma consciência crítica, para avançar nessa direção. O comunismo é a superação do capitalismo, Marx já dizia: não é que o comunismo se oponha ao capitalismo em um mesmo espaço histórico, mas representa a superação do próprio sistema capitalista. E, ao transferir isso para a educação, entendemos que uma escola modelo é considerada um exemplo de sucesso no modelo capitalista, enquanto as outras escolas, que não têm porta, janela, água encanada, que têm estudantes que sofrem todo tipo de violência para chegar com fome até a escola, também “podem dar certo”. É isso que o capitalismo faz. Então precisamos de uma educação igualitária, pública, que tenha como foco essa transição de consciência crítica, que faça com que o conjunto da comunidade escolar – e também da comunidade externa – participe da construção da escola. Porque não são só o professor e o aluno os responsáveis pela aula, mas também os pais, os vizinhos, a direção e a comunidade como um todo. Para que o professor consiga fazer uma produção de conhecimento legal, ele precisa ter condições para isso, e a grande maioria de nós não tem essas condições.



Marina: Há coisas que são até tristes de se comemorar, né, não sei se é pessimismo da minha parte, mas era para estarmos celebrando a escola pública modelo, que se destaca? Era para estarmos celebrando o fato de haver dois âncoras negros em um telejornal da Bahia, o estado mais negro do país, no ano de 2022? Era para estarmos celebrando o aumento das bolsas de pós-graduação de uma determinada agência de fomento, de dois salários mínimos para três? Que conquistas são essas que estamos tendo? Então, sim, celebrar as pequenas vitórias para que tenhamos forças para continuar, mas não como se fossem ótimas. Vamos manter em mente que queremos uma sociedade radicalmente livre dessas contradições: bom não é estar melhor que o meu irmão. Até vem se falando muito de “pretos no topo”, em relação a pessoas que têm acesso ampliado ao universo do consumo, mas que topo é esse?



Iago: Pretos no topo, mulheres no topo, LGBTQs no topo... o que eu quero é que não tenha topo! O que eu quero é que a gente não tenha que se dividir entre quem está no topo e quem está na base. É uma questão muito básica. Claro que é massa quando a gente vê uma pessoa igual a gente se dando muito bem, porque a gente está o tempo inteiro sendo vítima de violência, então tem

que comemorar mesmo. Esses dias eu comemorei porque tive dois alunos que tiraram nota acima de 900 na redação do Enem! Então eu comemorei pra caramba, porque conheço a história deles, são negros, de escola pública, um da zona rural, com pais pobres, que tem que se virar para poder estudar. Mas o que eu quero mesmo é que não exista vestibular, que os meus e as minhas tenham a mesma possibilidade de entrar na universidade, direito a estudar, a comer, a ter lazer, a sair sem correr o risco de ser preso ou tomar um tiro por injustiça, por causa de um sistema punitivista. São esses os sonhos que devem nos mover. A representatividade é importante, quando um dos nossos chega a um determinado espaço, mas para implodir aquele espaço, e não se adaptar! Eu não quero ver alguém dizer que a representatividade importa, sem estar fazendo absolutamente nada para o resto da sociedade. Eu sou de um período muito importante na política brasileira, que é o período de uma abertura um pouco maior das universidades para gente como eu. Importante porque pais e mães como os meus puderam sonhar com os seus filhos e filhas na universidade – e não só sonhar, puderam ter. Puderam entender a importância da universidade e da educação pública. Eu não posso chegar agora e me posicionar contra a política de cotas ou a favor de um governo como o atual. Eu preciso me posicionar em defesa da escola pública, para que outros como eu, que são meus alunos, também possam ter o mesmo direito que eu, e que está sendo retirado pelo atual governo. O que está acontecendo com o Enem de 2018 para cá é de uma violência absurda. Eu sou fruto de muitos e muitas que lutaram antes de mim para que eu esteja onde eu estou, para que eu tenha acesso ao conhecimento que tenho hoje, e preciso retornar esse conhecimento de alguma forma – isso é representatividade. Representatividade não é na Rede Globo, é o professor de escola pública que está ajudando a formar a consciência crítica de muitos estudantes, é o médico preto que chega na periferia para atender muitos como ele a partir de um processo de humanização dessas pessoas. A representatividade que importa é essa, que muita gente não valoriza. A galera prefere acompanhar a modelo negra, ou LGBTQ, mas não o professor que está falando de política pública e de educação nas redes. O meu *brother* Práxis Negra fala assim: a representatividade mais importante é de Zumbi dos Palmares, que construiu um quilombo, reuniu negros e negras, indígenas e brancos também. Isso é representatividade, é a luta contra o sistema.

Marina: É essa redução da representatividade às aparências que acaba sendo criticada como identitarismo. As pautas identitárias têm a sua importância, mas eu entendo que a crítica ao identitarismo é isso: não é só porque a pessoa faz parte de um grupo minoritário que qualquer coisa que ela disser vale para o grupo todo. Aí você vê o Sérgio Camargo à frente da Fundação Palmares, uma atrocidade, mas ele é negro...

Iago: Assim como Damares destruindo os direitos humanos, mas é mulher...

Marina: É por isso que se faz de tudo para gente não falar de política na escola, não relacionar política e educação... porque obviamente não tem como não enxergar que a política está em tudo. Muito obrigada pelo papo, Iago! Você quer fazer suas considerações finais?

Iago: Eu quero agradecer o espaço, a gente debateu muita coisa! Quero aproveitar para divulgar o *podcast* Ação Dialógica, um *podcast* de educação que eu apresento junto com o Izael. E quero dizer que muitas Secretarias da Educação têm usado como clichê o verbo esperar do Paulo Freire, mas nós precisamos recuperar Paulo Freire das mãos dos abutres da educação e trazer para a radicalidade que ele merece. Ano passado foi o ano do centenário do nascimento Paulo Freire, e não é só no ano do centenário que ele deve ser reverenciado. Nós, professores, precisamos tomar pílulas de esperança neste país, pelo tratamento que recebemos – e essas pílulas de esperança podem vir da leitura, do contato com outros professores, a partir do olhar de luta incansável que alguns de nós carregamos, e se fortalecer enquanto classe, enquanto comunidade. Estamos aqui porque o trabalho paga as nossas contas, mas também porque o papel da educação na transformação do mundo é importante, como diria Paulo Freire.

Marina: Eu que agradeço, Iago! Paulo Freire vive!

Para saber mais:

FERNANDES, Sabrina. *Sintomas Mórbidos: a encruzilhada da esquerda brasileira*. São Paulo: Autonomia Literária, 2019.

GOMES, Iago. Empreendedorismo na escola como discurso aliado da Necropolítica. *Revista Afirmativa*, set./2020. Disponível em: <https://revistaafirmativa.com.br/3349-2/p>. Acesso em 19 maio 2022.

GRILLI, Marina. Decolonizar o precariado em meio à pandemia: covid-19 *versus* Ciências Humanas. *Revista Observatório*, v. 6, n. 3, 2020, pp. 1-13. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/observatorio/article/view/10553/17542..> Acesso em 19 maio 2022.

DIRETORIA

Por: Cadu Xavier

Em abril deste ano, foi eleita uma nova Diretoria que ficará à frente da FEUSP pelos próximos quatro anos. Há uma noção geral de que a função da Diretoria é administrar a faculdade, mas o que significa isso, mais precisamente?

As atribuições da Diretoria da FEUSP estão definidas, basicamente, em três documentos: o Estatuto da USP, em que são estabelecidas diretrizes e princípios norteadores da universidade (é a “constituição” da USP), o Regimento Geral da USP, que trata de questões mais práticas e administrativas da universidade, e o Regimento Interno da FEUSP, que complementa o Regimento Geral com questões específicas da Unidade.

De acordo com estes documentos, algumas das principais atribuições da Diretoria da FEUSP são, além de administrar a Unidade, dar cumprimento às determinações da Congregação e do Conselho Técnico-Administrativo (CTA), providenciar a abertura dos concursos da carreira docente e para obtenção do título de livre-docente, e constituir uma comissão específica para conduzir o processo eleitoral. Para entender melhor quais são os principais desafios e o que a comunidade FEUSP pode esperar da nova gestão, conversamos com a Diretora da FEUSP, Profa. Dra. Carlota Boto:

Revista Futuro do Pretérito: Professora Carlota, quais são os principais desafios identificados pela nova diretoria a serem enfrentados neste mandato?

Carlota Boto: Penso que há vários desafios que teremos de enfrentar: desde a falta de professores até a consolidação de projetos institucionais que confirmem visibilidade à instituição. Devemos nos empenhar talvez um pouco mais na construção de projetos coletivos de pesquisa, de ensino e de extensão, de modo que professores e alunos possam trabalhar de maneira colegiada em uma dinâmica interdisciplinar.

FP: E quais são os principais planos para solucionar tais desafios?

CB: *Temos o intuito de estabelecer convênios e parcerias com instituições nacionais e internacionais, tendo em vista o conhecimento do que vem sendo realizado em outros centros de educação. Também queremos fortalecer o GT de Educação Básica (em defesa da escola pública), para podermos acompanhar e avaliar as políticas educacionais que forem planejadas e/ou implementadas. Por fim, o nosso desafio também é construir uma gestão democrática — que dê continuidade às excelentes gestões que nos antecederam — e que seja capaz de colocar na agenda da Faculdade não apenas os planos da Direção, mas os de toda a comunidade.*

FP: *Dentro das ideias que permeiam a nova diretoria, como vocês pretendem se aproximar da comunidade FEUSP?*

CB: *Somos adeptos do diálogo. Estaremos sempre abertos para receber estudantes, funcionários (as) e professores (as) para conversar sobre todos os assuntos atinentes aos rumos institucionais. Temos a intenção de trabalhar de maneira colegiada com os Departamentos e com as Comissões Estatutárias, de modo a incluir a todas as pessoas que vivem na instituição, convidando para participarem da gestão.*

FP: *Ao fim da gestão, o que esperam deixar para a comunidade?*

CB: *Temos compromisso com o ensino de excelência que sempre oferecemos na graduação e na pós-graduação. Temos compromisso com a inclusão, mediante os processos de ações afirmativas que vêm sendo desenvolvidos na graduação e na pós-graduação. Temos compromisso com a construção cotidiana de uma faculdade que sempre foi solidária, atendida para os problemas e os dilemas da sociedade e para a busca de desenvolvimento do ensino público estendido a todos (/as) com qualidade. Temos compromisso com a pesquisa inovadora, de qualidade e com compromisso social. Pretendemos incentivar projetos de extensão, na forma de cursos, de eventos e de palestras, de maneira a levar a Faculdade para um conjunto mais amplo de pessoas.*

Fonte:
Regimento Interno FEUSP
<<https://leginf.usp.br/?resolucao=consolidada-resolucao-no-4046-de-19-de-novembro-de-1993>>;
Regimento Geral da USP
<<https://leginf.usp.br/?resolucao=consolidada-resolucao-no-3745-de-19-de-outubro-de-1990>>;
Estatuto USP
<<https://leginf.usp.br/?resolucao=consolidada-resolucao-no-3461-de-7-de-outubro-de-1988>>;2.

BIOGRAFIA

..... por: Bianca Dos Santos Lima¹

Lisete Regina Gomes Arelaro, a Professora Lisete, foi pedagoga, professora, pesquisadora e ativista política brasileira. Diretora da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (FEUSP) entre 2010 e 2014, recebeu o título de Professora Emérita em 2021, além de atuar em muitos outros cargos ligados à política educacional no Estado de São Paulo, candidatando-se a Governadora em 2018. Faleceu em março de 2022, aos 76 anos, em decorrência de um câncer, mas segue influenciando estudantes e profissionais da educação. Para falar sobre esta ilustre figura, a Revista convidou sua filha, Camila Gomes Arelaro.



¹ Graduanda em Letras pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, e-mail: biancadslima@usp.br

Imagens cedidas por Camila Gomes Arelaro. Imagens sujeitas a direitos autorais.

INFÂNCIA

FP: Como era a casa de infância da Professora Lisete?

CAMILA: Ela morou em Campinas. A primeira casa eu não conheci, mas meus avós se mudaram para uma outra, ainda em Campinas, com a qual eu tive contato e onde a professora passou boa parte da adolescência. Era uma casa grande, com quintal, então ela tinha uma vida bem “fora”, de exploração mesmo, daquelas coisas que criança fica encantada, como os jardins... muito estímulo para imaginação. Ela também teve uma avó bem presente, minha avó Antonieta, e uma vida de aconchego. Era uma família de classe média, o que era esperado é que ela tivesse uma vida “calma” (*risos*), mais dentro de controle, mas a Lisete não se convenceu de que esse era o melhor caminho.

FP: Quem morava junto com ela na mesma casa?

CAMILA: Ela morava com os meus avós e com o meu tio, que se tornou médico. Era filha de portugueses, então meu avô era bem rigoroso e “durão”. Ela até brincava, como dá pra ver em alguns artigos e no Memorial que ela escreveu, que ela se chamava Lisete Regina não por acaso (*risos*). Havia uma expectativa de que ela seguisse a profissão do pai, que era advogado, com a qual ela foi se rebelando, digamos assim. Aos quatorze anos ela já era Presidente do Grêmio e aí começa essa figura forte que é a professora. E ela tinha um papagaio! Adorava, gostava bastante de animais, já teve um neto cachorro, chamado Otelo, “O Mouro das Perdizes” (*risos*). Quando era aniversário dele, ela dava um queijo branco para o cachorrinho, nós cantávamos parabéns... Ela tinha essa amorosidade por todas as espécies, ela era isso.

FP: E como era na casa em que você morava com ela?

CAMILA: A Lisete sempre trabalhou muito, muito mesmo. Eu me lembro que quando ela levava eu e meu irmão, Rodolfo Rogério, para a escola, a gente sempre chegava atrasado; e quando meu pai levava, chegávamos uns vinte minutos antes, eram os extremos (*risos*). Mas ela fazia tudo com tanta intensidade e explicava para a gente

também. Conversava, falava “eu estava em uma reunião”... Também sempre foi muito criativa e presente; por exemplo, lembro de ela deixar histórias que ela começava e colava na geladeira, com desenhinhos. Então tinha um tamanduá que descobria que voava e a história continuava amanhã... E a casa tinha essa atmosfera gostosa. Às vezes nós ficávamos juntos na sala e ela entrava nas caixas, nos engradados de refrigerante e depois pulava, brincando. Ela era uma inventora, curiosa, uma contadora de histórias!

FP: Vocês sabiam bastante sobre o trabalho dela?

CAMILA: Sim, ela conversava sempre! Em muitos eventos ela levava a gente, eu me lembro que eu era bem pequena e ficava sentada desenhando na mesa na entrada da sala que ela estava em reunião e passava aquele senhor simpático, o Paulo Freire, quando secretário de educação, e de um outro em especial, “Mulheres em Movimento” em Diadema, que ela gostava muito! [Ela] Era já uma força do feminismo e ela falava com alegria dessas mulheres, trabalhadoras, mães, professoras e donas de casa, com suas jornadas duplas, triplas... que estão se organizando e fazendo exercício, dançando. Então ela tinha essa sensibilidade grande com o outro, tinha interesse “nas gentes”, como diria Paulo Freire. Não existia uma Lisete na rua e uma Lisete em casa, ela era aquilo que a gente ouvia nas falas e lia nos textos dela. Também cobrava de nós que pensássemos o mundo e fôssemos exemplos das nossas ideias, assim como ela era.

FP: Durante a minha pesquisa, descobri que a professora Lisete também lecionou música. Ela costumava tocar para vocês em casa?

CAMILA: Não! (*risos*) Ela foi professora de piano, mas nessa época o piano já estava na casa da minha Madrinha, professora também, que está em Campinas. Mas por conta dela a gente sempre teve uma relação forte com a música. Ficávamos juntos na sala e eu lembro da Arca de Nóe do Vinicius de Moraes tocando, do Chico Buarque com os Saltimbancos... Era uma casa artística e cultural. Quando ela foi Secretária da Educação em Diadema, ela sempre falava que era Secretária de *Educação, Cultura, Esporte e Lazer*. Fazia questão de frisar (*risos*). Então, tinha essa visão dentro de casa também, de que era importante nos estimular.

INFÂNCIA

FP: E como era a vida escolar da Professora?

CAMILA: Não me lembro muito, mas ela falava bastante do Curso Normal que ela fez em Campinas! Sempre foi muito estudiosa e curiosa, então se destacava por isso como aluna. Nunca foi relapsa na escola, tinha aquele ambiente como um espaço de exploração mesmo.

FP: Qual matéria a Professora Lisete mais gostava de estudar?

CAMILA: Não me lembro se ela tinha uma disciplina favorita, mas ela dizia que era muito boa em matemática, que tinha facilidade... Minha avó se formou em contabilidade, uma ousadia também para a época, só tinham duas mulheres na turma da minha querida Vó Maria. E a Lisete também gostava muito de história, de português... e lia muito! Ela leu Marx com quatorze anos, e outros livros também muito grandes quando ela era muito pequeninha; ela tinha esse interesse para além da vida e do mundo dela.

FP: Você sabe se ela teve alguma professora ou professor que a marcou nesse período?

CAMILA: Ela falava bem dos professores em geral, sempre com muito carinho! Ela era muito estudiosa, brincava contando para a gente que ela até levava o dicionário para o banheiro! Então ela perguntava as coisas sempre, era curiosa, e assim os professores gostavam dela também.

FP: E quais eram as amigas dela na escola e no bairro?

CAMILA: Eu escutei muitas histórias, lembro mais dessas de quando ela era maior, e acho que uma coisa interessante para contar é que, em Campinas, ela tinha um grupo de amigos quando ela se envolveu com a Igreja e a “Juventude Estudantil Cristã”, algo assim... ela brincava com o nome falando “jegue” (*risos*) era a JEC... eles não eram só atenciosos em relação à escola, eles também eram transgressores! Depois veio a teologia da libertação. Imagine uma garota de quatorze anos lendo Marx e indo pra escola, convivendo com todas as desigualdades e querendo discutir aquilo, era um questionamento do mundo.

FEUSP

FP: Quais você acredita terem sido os momentos mais marcantes dela na universidade?

CAMILA: Pelo que ela contava, no período em que ela foi Diretora da FEUSP, acho que um dos momentos mais divertidos e gostosos para ela foi a construção da biblioteca, porque ela achava aquele espaço muito digno. Primeiro, tiraram aquele prédio da frente e fica um gramado lindo, um ar! E ela dizia que os alunos todos tinham uma relação de amor com aquele lugar. Depois conseguiu construir a biblioteca, então foram duas grandes conquistas na gestão dela.

FP: Você sabe como era a rotina dela quando atuou como diretora da FEUSP?

CAMILA: Estava sempre trabalhando porque ela era muito metódica, com aquela rigorosidade freireana, sabe? Então ela estudava demais e sempre fez uma preparação. Buscava um entendimento de quem ela ia encontrar, o que esse grupo fazia, quem são as pessoas que estão nele, o que precisa ser feito... tinha uma preocupação com a qualidade dos encontros. Encarou um lado

burocrático que consome demais, mas conseguiu lidar com maestria, por isso a gestão dela foi um grande marco. E a FEUSP é um lugar complexo, a maior faculdade de educação do Brasil e ainda tem questões bastante retrógradas, discussões complicadas e a Lisete encarava qualquer situação, difícil como fosse, com a mesma rigorosidade.

FP: Quais outros espaços ela gostava e achava importantes na FEUSP?

CAMILA: Tinham questões que eram muito valiosas para ela e que foram valorizadas no seu período como gestora. As creches, por exemplo, eram uma prioridade, porque ela



Professora Lisete, ainda diretora da FEUSP, com Mário Sérgio Cortella e Nita Freire, numa cerimônia na FEUSP concedendo o título de Professor Emérito a Paulo Freire.

era muito ligada às alunas nessa questão do feminino mesmo. Então ela ia em muitos eventos. Eu lembro de quando houve alguns movimentos em relação às creches, porque fecharam a Creche Norte e algumas outras, a Lisete ficou uma “arara”. Lembro de aulas em frente a esses lugares, de falas embaixo de chuva, ao lado das mães e das crianças... Algumas vezes eu fui junto. E a Lisete sempre estava lá, fazendo coro junto às outras vozes, arduamente disputando um espaço. E isso tem uma relação direta com Escola da Aplicação, que era muito importante para a Professora e que ela achava pouco aproveitada até pelos próprios estudantes, no sentido de estágios e de realizar pesquisas - que podiam ser realizadas e discutidas na prática naquele espaço, que é muito bem construído.



Documento que comprova a associação de Lisete junto ao atual Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo.

FP: A professora discursava muito sobre o investimento na educação. Você poderia nos dar um panorama geral das opiniões dela nesse sentido?

CAMILA: A opinião dela sobre isso é pública, está nas teses e nos artigos porque ela era especialista em financiamento da educação. Mas fazendo um resumo geral, a Lisete sempre dizia que a qualidade da educação estava diretamente ligada a uma questão: ao vil metal. Então vão ter governos que vão dizer se comprometer com isso, mas esse comprometimento exige investimento, que às vezes não vem. E acho que a primeira questão para ela, a mais fundamental, era o salário dos professores. Até porque, muitas vezes, o primeiro alvo da crítica é o professor; tudo que não dá certo é culpa dele, quando na verdade acontece o contrário, porque, em muitos casos, ele é tudo em uma escola e tem que segurar as pontas como pode. Pensando nesse investimento, a professora Era uma defensora do Fundeb, que é voltado para a educação, mas está sendo cobiçado por outras esferas políticas. Em relação ao investimento privado,

ela vê uma disputa complicadíssima em todas as faixas escolares e se preocupa que isso vire um negócio, que a escola seja regida pelas leis do mercado, que é exatamente a lógica contrária a que ela acredita ser necessária para uma educação de qualidade, libertadora e para todos.

FP: O que a professora concebia como uma educação pública de qualidade e como alcançá-la?

CAMILA: Não importa o quão difícil fosse, a Lisete tentava sempre unir os grupos para poder proporcionar a todos algo digno, afinal ela era defensora incansável da educação de qualidade: pública, laica e pautada no pensamento crítico. E ela se preocupava com o quanto a faculdade estava realmente aberta a todas e todos, e fazia uma militância nesse sentido. Ela tinha essa preocupação de que *o mundo* precisa se formar criticamente e a gente não pode só ficar no nosso nicho. Por isso que para ela a vida era ação! Cursos, encontros, falas, manifestações... ela estava sempre em ação; ação essa que era pensada e planejada no coletivo. Além desse curso do Paulo Freire, também teve o de Pedagogia da Terra, junto ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) - que ela admirava muito e prezava para que sempre tivessem acesso à pesquisa. E, para ela, é essa ação coletiva que vai permitir que nós cheguemos lá.



REFLEXÕES

FP: Qual a frase preferida (ditado popular, dizer religioso, provérbio ou frase que a defina) da Professora Lisete?

CAMILA: Ela tinha muitas! (*risos*) Ela inclusive tinha um bloquinho cheio de frases bonitas. Mas as duas principais, acho que eram: “Sonham melhor os que têm belos sonhos”, do Che Guevara, e “O homem – e a mulher, a Lisete sempre adicionava – não pode participar ativamente na história, na sociedade, na transformação da realidade se não for ajudado a tomar consciência da realidade e da sua própria capacidade para transformar. A realidade não pode ser modificada senão quando o homem e a mulher descobrem que é modificável e que ele e ela o podem fazer”. Essa está no Boniteza, que foi um dos últimos artigos que ela escreveu, e a citação está até marcada aqui, no meu exemplar, com a letra dela, porque ela abriu muitas falas com essa frase na pandemia. Ambas as frases ela proferiu muitas vezes nesses últimos meses em palestras e lives que ela vinha fazendo.

FP: Qual a música preferida da Professora?

CAMILA: Ela sempre cantava aquele pedacinho da música dos Titãs, “Comida”. **“A gente não quer só comida, a gente quer comida, diversão e arte”**, que era muito coerente com o que ela acreditava, porque ela não queria uma vida média para ninguém; então acho que essa música ela gostava bastante. Mas MPB sempre, e música clássica.



Lisete e Helena na última manifestação antes da pandemia.

FP: Quais eram os hobbies preferidos dela?

CAMILA: A Lisete era uma boa *vivant* (*risos*). Então ela gostava de um bom vinho nesses encontros com os amigos... as reuniões com o grupo dela eram às sextas-feiras, às 23 horas, e cada um levava algo para organizar uma mesa farta. Ela gostava de conviver, dizia que os amigos eram a família que ela podia escolher. E era isso, uma caipirinha, uma cachacinha, uma conversa ao som de uma boa música... discutindo sempre como mudar o mundo. Também sempre havia um livro com ela, um romance, gêneros diferentes daqueles da academia; e ela lia muito rápido, em dois ou três dias já estava acabando e dividia com as pessoas as impressões. E viajar! Ela amava viajar também. Era apaixonada e dizia que não tinha lugar mais lindo do que o Nordeste, de modo que o desejo dela de viajar para fora não superava o de conhecer o Brasil; já fomos para o Amazonas ver os botos, o

encontro das águas... também no Rio Grande do Norte, Bahia, Espírito Santo... Viajamos o Brasil todo porque a Lisete era apaixonada por ele.

FP: O que você acha que ela diria que o Brasil tem de melhor?

CAMILA: Acho que os brasileiros e as brasileiras. Ela tinha uma admiração imensa pelo Brasil e pelo nosso povo, porque ela valorizava demais a força das mulheres, a força do trabalhador e do trabalhador rural, a coragem dos movimentos sociais e políticos... E ela dizia que o Brasil tinha um povo muito valioso! Ficava com raiva quando havia esse desprezo pelo jeitinho ou qualquer outra fama ruim que o brasileiro tinha, porque para ela não era assim, era um país de batalhadores. Infelizmente, isso se liga também ao que há de pior no Brasil, que é a corrupção e esse descaramento da máquina que desbanca as famílias populares em detrimento das ricas; isso era pra ela uma revolta. Ela acreditava demais nas pessoas, na força do coletivo, por isso que ela tem uma legião de amigos, alunos, pesquisadores de todos os cantos do mundo que a admiravam muito. Mas como outros pontos que ela admirava, eu destacaria o clima e a comida, porque a Lisete era muito boa de boca (*risos*).



FP: Se a Lisete tivesse sido eleita como governadora em 2018, ou até mesmo como presidente, quais seriam as principais mudanças que você acredita que ela traria para o Brasil?

CAMILA: Acho que em ambos os casos ela teria uma preocupação enorme em relação aos direitos dos trabalhadores. Como Governadora, por exemplo, um dos movimentos primeiros seria se debruçar sobre o piso salarial, ainda mais na questão dos professores, a condição de trabalho, a qualidade das escolas e dos seus espaços físicos. E talvez como presidente, acho que uma das coisas que ela encararia seria esse financiamento de uma máquina que ajuda os poderosos e as grandes fortunas, porque os privilégios ficam sempre na mão das mesmas oligarquias.

FP: Dentre tudo que a professora Lisete escreveu, qual o principal texto/obra você acha que nós deveríamos ler para conhecer melhor o pensamento político e educacional dela?

CAMILA: A Lisete era uma educadora muito completa e escreveu de tudo: gestão democrática, formação de professores, educação infantil, financiamento estudantil, ciclos... Porque ela era uma pensadora da educação, sabia

as Leis de cor, construiu junto a Constituição e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), entendia de tudo. Então, eu diria que a recomendação depende da área de interesse de cada um, porque sempre vai ter um texto mais aprofundado. Mas, na ocasião do Título de Professora Emérita, a USP organizou um livro com cerca de 11 artigos da Lisete, que eu acho que nos ajuda a conhecê-la. Chama-se “Escritos sobre políticas públicas em educação” e está disponível online gratuitamente. Ele pode ser um início para entender o pensamento dela, porque ela não era “meia” em nenhum momento; por exemplo, o último artigo é sobre educação infantil e ela vai fazer crítica aos governos capitalistas, à questão dos vouchers... vai haver todo um contorno político porque ela não acredita que a educação seja neutra. E ela sempre vai dizer o seu lado da moeda, a que apito ela toca (*risos*).

CONCLUSÃO

FP: Há algo que eu não perguntei que você gostaria de deixar registrado?

CAMILA: Acho que uma história interessante para contar é de quando fomos para Itália antes da pandemia, porque mostra como ela sempre mantinha a curiosidade dela em todos os contextos. Eu estava terminando o doutorado, era um “sanduíche”, e ela foi para ficar cuidando da Helena, minha filha. As duas tinham uma relação ótima e tiveram altos debates sobre a vida, as artes... A Helena fala que elas dividiam tudo! E é assim que ela vê a avó: curiosa, atenciosa. E para nós todos aquele período foi muito legal! Ela ajudava mais com as coisas de casa, mas estava sempre interessada na pesquisa, então a gente tinha altas conversas porque ela queria saber tudo! Perguntava “em que aspecto?”, “como isso funciona?”. E lá a Universidade é realmente aberta, qualquer um podia entrar e assistir às aulas sem estar matriculado, e aí a Lisete dizia que ia assistir aula comigo alguma tarde.

FP: Como foi para você participar desse questionário, dando sua entrevista?

CAMILA: Eu diria que uma das coisas mais gostosas da vida é falar da Lisete, é muito bom ter tido ela, porque a luta dela não é só dela e ela nos ensina o tempo inteiro! Mesmo nas nossas limitações, ela nos ensina a seguir, a buscar aliados, ter esperança... Ela



Professora Lisete e Camila.

é uma espécie em extinção e faz muita falta. Eu entendo também que a partida dela aumenta a possibilidade de novas “Lisetes”, somos frutos dela, mesmo os que tiveram menos contato. Em um primeiro momento ela pode causar uma estranheza pela força de tudo o que diz, mas aí já há um movimento de reflexão, que era o que interessava para ela. A Lisete dizia muito com as palavras, mas mais ainda com a sua própria vida. E a história dela é de luz, de luta, força, transformação e estímulo à dignidade de todos e todas! Então é uma honra poder contá-la para mais pessoas, porque ela vai ser uma inspiração para a luta enquanto a gente não tiver um mundo bom para todos e todas.

A quem possa interessar, o livro recomendado pela Camila, filha da Professora Liste, está disponível gratuitamente para download à toda a comunidade no Portal de livros abertos da USP.

Disponível em:

<<http://www.livrosabertos.sibi.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/book/622>>.

PARA MAIOR APROFUNDAMENTO EM POLÍTICA E EDUCAÇÃO

por: Dayane Costa da Silva

Para contribuir com a reflexão sobre Política e Educação em seus diversos aspectos, trouxemos nesta edição algumas sugestões de livros, documentários e eventos que se relacionam com o tema.

Centro de Estudos e Pesquisas em Políticas Públicas de Educação (CEPPPE) – FEUSP

“Funcionando efetivamente como centro interdepartamental da FEUSP, desde 1997, o CEPPPE conta com um número bastante considerável de pesquisadores experientados, especialistas em Políticas Públicas e Educacionais, e também com a participação de alunos de graduação e pós-graduação. Tem por finalidade:

1. Promover pesquisas, estudos e cursos de pós-graduação e graduação;
2. Realizar trabalhos de extensão de serviços na área de políticas públicas em educação; e
3. Organizar um banco de dados sobre as experiências mais significativas realizadas nas políticas públicas em educação, no país, nas últimas décadas.

Desde sua organização inicial, o Centro distribui os estudos e pesquisas desenvolvidas por seus integrantes (professores, pós-graduandos, graduandos e bolsistas de iniciação Científica) em diferentes linhas de pesquisas:

1. Políticas Públicas em Educação;
2. Educação e participação, democracia, direitos humanos, justiça social e preservação do meio ambiente;
3. Educação e trabalho;
4. políticas públicas e juventude, violência juvenil e novas modalidades de socialização dos Jovens.”

Localização: salas 45 e 47 do Bloco B

Professores responsáveis:

Lisete Regina Gomes Arelaro (EDA)

Romualdo Luiz Portela de Oliveira (EDA)

Rubens Barbosa de Camargo (EDA)

Eventos:

VIII Congresso Nacional de Educação (CONEDU) – O futuro da escola: repensando políticas e práticas

Período: 13/10/2022 a 15/10/2022

Inscrições até 04/10/2022, através do site: <<https://www.conedu.com.br/inscricoes>>. (Acesso em: 18/05/2022.)

Encontro “Gestão de Sistemas de Ensino – Interfaces com a Educação Básica”

“Este encontro busca apresentar e refletir sobre experiências de gestão de sistemas de ensino, com foco na interface universidade-educação básica. É tema atual e desafiador, que reacende pautas sobre a gestão dos sistemas públicos de educação e o papel da Universidade na sua relação com a Escola. Se esta temática tem profundas raízes na história da educação brasileira, ela se faz hoje ainda mais presente, diante dos desafios enfrentados por estudantes, professores, técnicos e gestores da educação. Um contexto que expõe as marcas da pandemia: introdução desigual da mediação tecnológica nos ambientes educacionais, vulnerabilidade da Educação Infantil diante do olhar cego às suas especificidades, desmonte de políticas públicas recém alcançadas e ainda não consolidadas, retração do financiamento público à educação pública, entre tantas outras. O que se pode esperar da relação universidade-escola básica frente a ele? [...]”

Organização: Cátedra Alfredo Bosi de Educação Básica USP

Curadoria: Daniel Puig e Nadia Hage Fialho

Encontro disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=LCVlcV-O_A8&ab_channel=C%C3%A1tedradeEduca%C3%A7%C3%B3B%C3%A1sica>.
(Acesso em: 20/05/2022.bit.ly

Minicurso “Notas sobre políticas na Educação Infantil”

O minicurso buscou apresentar duas formas de se estudar as crianças pequenas, além de refletir sobre as políticas na educação infantil, a partir de dois artigos: “Avaliação das políticas de educação infantil no Brasil: avanços e retrocessos” (Lisete Regina Gomes Arelaro, 2017) e “Políticas de Educação Infantil: conquistas, embates e desafios na construção de uma Pedagogia da Infância” (Rodrigo Saballa de Carvalho & Bianca Salazar Guizzo, 2018). O minicurso também olhou para a legislação infantil (LDB, DCNEI, BNCC e Novos Currículos).

Organização: Cátedra Alfredo Bosi de Educação Básica USP

Ministrantes: Lino de Macedo e Maria Regina dos Passos Pereira

Minicurso disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=pcwX5L-8Sb0&ab_channel=C%C3%A1tedradeEduca%C3%A7%C3%B3B%C3%A1sica>. (Acesso em: 18/05/2022.)

***Obs.: os 2 eventos da Cátedra de Educação Básica já terão acontecido quando a edição for publicada, porém as gravações ficam disponíveis no canal do youtube da Cátedra.**

Documentário “Eleições”, de Alice Riff (2019)

“É época de eleições para o grêmio estudantil. Secundaristas se organizamorganizam para a corrida eleitoral. Quatro grupos de estudantes, com opiniões e visões de mundo diferentes, criam propostas, debatem estratégias de campanha e lutam por melhorias na escola. Os conflitos e tensões entre as chapas revelam suas diferenças políticas, e a contundência da realidade cotidiana convive com a resistência do sonho, da amizade e do direito de criar caminhos para o mundo em que se acredita.”

Não recomendado para menores de 12 anos

Direção: Alice Riff

Produção: Studio Riff e Paideia Filmes

Duração: 1h40

Para mais informações sobre o longa, acesse:

<<http://riff.tv.br/film/eleicoes/>>. (Acesso em: 18/05/2022.)

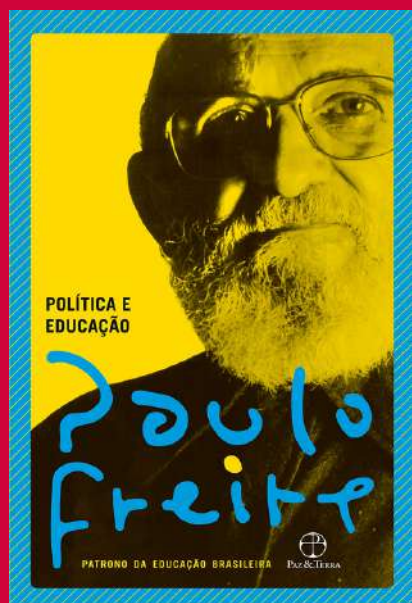


Livro “Política e Educação” – Paulo Freire (1992)

“Escrito ao longo de 1992, Política e educação é composto de doze ensaios. Como Paulo Freire afirmou, os textos têm “uma nota que os atravessa a todos: a reflexão político-pedagógica. É esta nota que, de certa maneira, os unifica ou lhes dá equilíbrio enquanto conjunto de textos.” O prefácio é assinado pelo sociólogo Venício A. de Lima. [...]”

“Imoral é a dominação econômica, imoral é a dominação sexual, imoral é o racismo, imoral é a violência dos mais fortes sobre os mais fracos. Imoral é o mando das classes dominantes de uma sociedade sobre a totalidade de outra, que deles se torna puro objeto, com sua maior ou menor dose de convivência. A educação para a libertação, responsável em fase da radicalidade do ser humano, tem como imperativo ético a desocultação da verdade. Ético e político.”

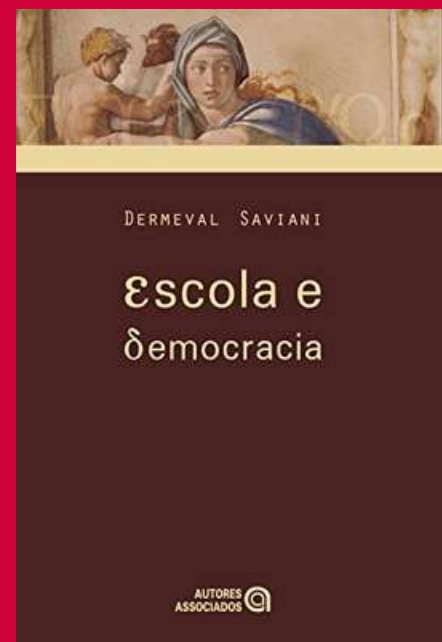
Freire, Paulo. Política e Educação. 8a ed. São Paulo: Paz & Terra, 2019.



Livro “Escola e Democracia” – Dermeval Saviani (1983)

“Como indicado no título, o eixo em torno do qual gira o conteúdo desta obra são as relações entre educação e democracia. Se é razoável supor que não se ensina democracia por meio de práticas antidemocráticas, nem por isso deve-se inferir que a democratização das relações internas à escola é condição suficiente de preparação dos jovens para participação ativa na democratização da sociedade. Não se trata simplesmente de optar entre relações autoritárias ou democráticas no interior da sala de aula, mas de articular o trabalho desenvolvido nas escolas com o processo de democratização da sociedade. A prática pedagógica contribui de modo específico, isto é, propriamente pedagógico, para a democratização da sociedade na medida em que se compreende como se coloca a questão da democracia relativamente à natureza própria do trabalho pedagógico, que, por sua vez, implica uma desigualdade real (no ponto de partida) e uma igualdade possível (no ponto de chegada).”

Saviani, Dermeval. Escola e Democracia. 44a ed. Campinas: Autores Associados, 2008.



PARTICIPE, A REVISTA É SUA!

Nosso e-mail é
revista.futuro.preterito@gmail.com